

OS ESCRITORES DO NOVO TESTAMENTO E A LEI

Pr. Albino Marks

Quando na Escritura Sagrada lemos a palavra lei, a primeira conotação que lhe atribuímos é a lei dos Dez Mandamentos. No entanto, mesmo o nosso vernáculo admite inúmeras situações para esta pequena palavra, lei: leis espirituais, leis morais, leis civis, leis físicas [...]. Assim acontece com as línguas originais do texto sagrado. O Velho Testamento, em quase sua totalidade foi escrito no hebraico e o Novo Testamento, no grego.

Tanto o hebraico como o grego têm a mesma peculiaridade para definir diferentes situações sob o guarda-chuva da palavra lei. Assim, no hebraico, a palavra mais usada, “torah”, lei, instruções, engloba toda a legislação de Israel, contida no Pentateuco, mas também refere a todo o ensino e instruções para a conduta no relacionamento com Deus e com o semelhante contidas nas Escrituras do Velho Testamento e mesmo as instruções orais de antes do Sinai.

Estas orientações foram codificadas e se tornaram a “torah”, o Livro da lei escrito, o Pentateuco, durante a permanência do povo de Israel junto aos montes Sinai.

No conteúdo da “torah”, lei, encontra-se o conjunto dos Dez Mandamentos, a lei dos conceitos morais; o conjunto das ordenanças da lei cerimonial, tipificando o plano da salvação; o conjunto dos estatutos da lei sacerdotal; o conjunto das diretrizes da lei civil, o conjunto dos preceitos das leis de saúde e todas as ordenanças e regulamentos para orientar a vida comunitária.

É importante compreender que estes conjuntos não são formados por seções distintas, estanques, ainda que por vezes isto aconteça em parte, como por exemplo, um grande número de leis orientando os ritos cerimoniais, nos primeiros oito capítulos de Levítico. Entretanto, conceitos e diretrizes de diferentes conjuntos se encontram em todo o Pentateuco e toda a Escritura do Velho Testamento.

Quando o hebraico refere a um conjunto específico de leis, dos que compõe toda a “torah”, usa outras palavras. Para referir aos Dez Mandamentos, ou mesmo a um deles, a palavra mais usada, é “mitzvot”, ou: “mitzvah”.

Você deseja comentários mais amplos sobre tema? Acesse...

OS ESCRITORES DO NOVO TESTAMENTO E A LEI

Pr. Albino Marks

Assim, por exemplo, em Êxodo 20:6 e Deuteronômio 5:10, na proclamação para o povo de Israel: *“daqueles que me amam e obedecem aos meus mandamentos, (mitzvot)”* (NAA), a evidência é clara de que Deus fala da lei moral dos Dez Mandamentos.

Em Êxodo 16:28, Deus argumenta com Moisés: *“Até quando vocês se recusarão a guardar os meus mandamentos (mitzvot) e as minhas leis (torah)?”* (NAA). A Nova Versão Internacional traduz: *“Até quando vocês recusarão obedecer aos meus mandamentos (mitzvot) e as minhas instruções (torah)?”* Neste texto a palavra (mitzvot), mandamentos, implicitamente refere à toda a lei moral, mas explicitamente, ao quarto mandamento. No contexto é declarado: *“Mas, no sétimo dia, o sábado, nada acharão. [...] Então o povo descansou no sétimo dia”* (Êx 16:26, 30, NVI).

“As minhas instruções (torah)?”, nessa pergunta de Deus, designa toda a instrução oral por Ele transmitida aos patriarcas ao longo de 2.500 anos antes do Sinai.

Neste contexto, por exemplo, quando lemos o Salmo 1:2: *“Ao contrário, sua satisfação está na lei do Senhor, e nessa lei medita dia e noite”* (NVI), interpretamos como sendo a lei dos Dez Mandamentos. No entanto, o salmista está usando a palavra, “torah”, lei, envolvendo o Pentateuco e toda a Escritura existente em seu tempo, e não, “mitzvot”, que identifica a lei dos Dez mandamentos.

Portanto, o prazer está em meditar em *“toda palavra que procede da boca do Senhor”* (Dt 8:3, NVI), como fonte de ensino, instrução e crescimento espiritual, incluindo os Dez mandamentos como o suprasumo.

Em Provérbios 28:9: *“Se alguém se recusa a ouvir a lei, até suas orações são detestáveis”* (NVI), encontramos o mesmo problema de interpretação. O escritor usa a palavra “torah”, significando toda a Escritura.

O Salmo 119 começa com o verso 1: *“Como são felizes os que andam em caminhos irrepreensíveis, que vivem conforme a lei do Senhor”* (NVI). O salmista inicia dizendo que os caminhos irrepreensíveis se encontram na lei, “torah”, do Senhor, transmitindo o pensamento de que está apresentando todos os ensinamentos procedentes da boca do Senhor. Depois usa várias palavras para explicar tudo o que faz parte da lei, “torah”: estatutos, preceitos, decretos, mandamentos, ordenanças, testemunhos, palavras, caminho. Em verdade, o Salmo é um hino de exaltação a todas as sábias e justas instruções do Senhor, para os caminhos da vida dos filhos de Deus.

Este conceito aparece praticamente em toda a Escritura do Velho Testamento, onde a palavra “torah”, designa todos os ensinamentos de Deus.

Certamente com esta compreensão, fundamentado em Deuteronômio 8:3, Jesus fez a declaração para Satanás, que estava colocando em dúvida a Sua divindade, de que as orientações de Deus em toda a Sua Palavra são autênticas e finais para qualquer questão: *“Está escrito: ‘Nem só de pão viverá o homem, mas de toda palavra que procede da boca de Deus’* (Mt 4:4, NVI).

O Novo Testamento

É importante observar como os escritores do Novo Testamento, escrevendo em grego, identificam as leis da economia israelita, para compreender o que estão dizendo: “torah”, no hebraico é traduzido por “nómos”, no grego, lei; no português, e, “mitzvot”, é traduzido por “entolê”, mandamento.

“Nómos”, assim como “torah”, engloba toda a legislação de Israel contida no Pentateuco, e todas as orientações e instruções da Escritura do Velho Testamento, mas pode também referir a apenas um conjunto específico de leis,

dos que compõe toda a “torah”. Portanto, pela palavra “nómos”, no grego, os escritores do Novo Testamento podem designar todo o Velho Testamento, o Pentateuco, a lei dos Dez Mandamentos, a lei cerimonial, a lei sacerdotal, as leis de saúde, as leis civis. [...] Por esta razão, por desconhecer ou desconsiderar esta maneira de usar a palavra “nómos”, lei, dos escritores do Novo Testamento, muitas vezes são feitas aplicações equivocadas.

Os quatro evangelistas sempre usam a palavra “nómos”, quando referem a toda a Escritura existente ou apenas ao Pentateuco. Quando designam um conjunto específico de leis e mormente a lei moral, os Dez Mandamentos, usam a palavra “entolé”. Raras vezes usam “nomos”, para referir a um conjunto específico de leis.

Paulo usa a palavra, “nómos”, para referir a todo o Velho Testamento, ao Pentateuco, ou a qualquer conjunto de leis. Poucas vezes usa a palavra “entolé”, referindo à lei moral ou qualquer outra lei.

Compreendendo os termos “nómos” e “entolé”. Analisemos o diálogo de Jesus com os mestres da lei, em Jerusalém, onde: *“um deles, perito da lei, (nomikòs), o pôs à prova com esta pergunta: ‘Mestre, qual é o maior mandamento (entolé) da lei?’ (nómu?). Respondeu Jesus: Ame o Senhor, o seu Deus de todo o seu coração, de toda a sua alma, de todo o seu entendimento. Este é o primeiro e maior mandamento. (entolé). E o segundo é semelhante a este: ‘Ame a seu próximo como a si mesmo. Destes dois mandamentos (entolais) dependem toda a lei (nómos) e os profetas”* (Mt 22:35-40, NVI).

O mestre da lei não perguntou: *“Qual o mandamento, (entolé) mais importante dos mandamentos (entolon), de Deus”,* como se estivesse perguntando sobre diferentes gradações dos Dez Mandamentos da lei moral, mas sim, *“qual o mandamento (entolé) mais importante da lei (nómos),* fazendo distinção clara entre mandamento e lei.

Jesus não fugiu deste raciocínio, mas respondeu para o perito em harmonia com a pergunta, e definiu a questão com objetividade e clareza: *“Jesus respondeu: ‘Ame o Senhor, seu Deus, de todo o seu coração, de toda a sua alma e de todo o seu entendimento. Este é o grande e primeiro mandamento, (entolé).*

E o segundo, semelhante a este, é: Ame o seu próximo como a si mesmo. Destes dois mandamentos (entolais) dependem toda a lei (nómos) e os profetas” (Mt 22:37-40, NAA).

Jesus não deixou nenhuma dúvida sobre o sistema legislativo da economia israelita. Sintetizando a lei moral em dois preceitos bem definidos, o relacionamento do homem para com Deus e o relacionamento do homem com o seu semelhante, acrescentou com muita clareza que destes dois mandamentos, “entolais”, depende todo o ensino transmitido pela lei, “nómos”, o Pentateuco, e pelos profetas, o restante da Escritura.

Marcos registrou este diálogo com palavras um pouco diferentes: *“Um dos mestres da lei aproximou-se e os ouviu discutindo. Notando que Jesus lhes dera uma boa resposta, perguntou-lhe: ‘De todos os mandamentos, (entolé) qual é o mais importante?’ Respondeu Jesus: ‘O mais importante é este: ‘Ouve, ó Israel, o Senhor, o nosso Deus, o Senhor é o único Senhor. Ame o Senhor, o seu Deus, de todo o seu coração, de toda a sua alma, de todo o seu entendimento e de todas as suas forças’. O segundo é este: ‘Ame o seu próximo como a si mesmo’. Não existe mandamento (entolé) maior do que estes” (Mc 12:28-31, NVI).*

Conforme o relato de Marcos, o mestre da lei, ao fazer a pergunta, envolveu o Pentateuco, mas não usando a palavra, “nómos”, para referir à lei, mas usou, “entolé”, dizendo: *“de todos os mandamentos”, (entolé)* referindo a todos os conjuntos de mandamentos que formam a “torah”, a “nómos”, a lei, *“qual é o mais importante?”*, omitindo, mas deixando subentendida a palavra “torah”, “nómos”, lei.

O fariseu, intérprete da lei, não contestou a resposta e interpretação de Jesus quanto aos deveres morais e quanto à posição que o conjunto dos Dez Mandamentos morais ocupa em relação aos outros conjuntos dentro da “torah”. “nómos”, lei. Os Dez Mandamentos formam o conjunto da grande “entolé”, os mandamentos em torno dos quais gravitam todos os conjuntos de mandamentos. Jesus fez questão de enfatizar esse detalhe. Os dois grandes mandamentos, os “entolais”, definem o relacionamento correto com Deus e com o semelhante.

Se hoje alguém nos perguntasse: *“qual o mandamento mais importante da lei?”* Qual seria a nossa resposta natural?

Se perguntasse: *“de todas as leis do Pentateuco, qual a mais importante?”* Que resposta você daria?

A resposta de Jesus está registrada em conformidade com o raciocínio do mestre da lei. Jesus não respondeu: O quarto mandamento é o mais importante, mas respondeu de acordo com Deuteronômio 6:4 e 5 e Levíticos 19:18: *“O conjunto mais importante é este: Ouve, ó Israel, ame seu Deus acima de todas as coisas e ao seu próximo como a si mesmo”*, uma síntese da lei moral. A pergunta do mestre da lei e a resposta de Jesus, apresentam um detalhe significativo. A pergunta requeria na resposta a definição do *“mandamento, (entolé) mais importante?”* A resposta de Jesus revela que o *“entolé”*, mandamento, mais importante da *“torah”*, *“nómos”*, lei, é o conjunto dos Dez Mandamentos e *“não existe mandamento (entolé) maior do que estes”*. Deixa também evidente que cada conjunto é identificado pela palavra *“entolé”*. A pergunta do mestre da lei se fundamentou nessa palavra: *“entolé”*, mandamento, envolvendo um conjunto específico dentro do significado amplo de *“torah”*, *“nómos”*, lei, significando toda a legislação israelita e toda a Escritura. Em Sua resposta, Jesus partiu do significado restrito, destacando o dever específico, e colocando a importância nos mandamentos da lei moral, como o maior e mais importante conjunto de mandamentos, *“entolé”*, do contexto amplo da palavra *“torah”*, *“nómos”*, lei.

Outro detalhe importante precisa ser compreendido: os conjuntos específicos dentro da lei – *“torah”*, *“nómos”* – o Pentateuco, raras vezes são também identificados pelo termo *“nómos”*, lei. No entanto, quando um conjunto é destacado, relacionado com o todo, o todo sempre é reconhecido como a *“torah”*, *“nómos”*, a lei, e o conjunto específico sempre é identificado por *“entolé”*, o mandamento. O Pentateuco nunca é reconhecido como um *“entolé”*, mandamento, bem como toda a Escritura do antigo Testamento. Eles são a *“torah”*, a *“nómos”*, a lei.

Ainda é importante observar que os evangelhos identificam a lei moral pela palavra *“entolé”*, independente da sua ligação com a *“torah”*, *“nómos”*.

Neste contexto, para o jovem rico, Jesus não declarou: “*Guarde os “entolais” da lei, (torah), (nómos), o Pentateuco*”, mas: “*Guarde os mandamentos, (mitzvot), (entolás), a lei dos Dez Mandamentos*” (Mt 19:17), citando vários dos Mandamentos da lei moral.

Lucas em seu relato, sobre o sepultamento de Jesus declarou: “*E, no sábado, descansaram, segundo o mandamento, (mitzvot), (entolés), e, não: “segundo o “entolé” da (torah) (nómos) (Lc 23:56, ARA).*

Jesus não declarou para os Seus discípulos: “*Se me amais, guardareis a minha lei, (torah), (nómos), mas: “se me amais guardareis os meus mandamentos, (mitzvot), (entolás)”*”.

Em Primeiro Coríntios, Paulo faz uso muito definido da palavra: “*A circuncisão não significa nada, e a incircuncisão também nada é; o que importa é obedecer aos mandamentos, (mitzvot), (entolon), de Deus”, (Teou) (1Co 7:19, NVI).*

Raramente os quatro evangelistas usam a palavra “nómos”, para designar a lei moral, ou outro conjunto. Praticamente sempre que a usam é para designar a “torah”, o Pentateuco, ou toda a Escritura do Velho Testamento. Sempre que referem à lei moral ou outro conjunto, o fazem com a palavra “entolé”, mandamento. No entanto, João 19:7, em uma dessas raras exceções, João usa a palavra “nómom” para referir à lei civil religiosa.

Jesus fez uma declaração muito importante registrada por João, que merece atenciosa reflexão: “*Se vocês obedecerem aos meus mandamentos (entolás), permanecerão no meu amor, assim como tenho obedecido aos mandamentos (entolás) de meu Pai e em seu amor permaneço*” (Jo 15:10, NVI).

Jesus usou a palavra “entolé”, e não “nómos”. Portanto, está referindo a um conjunto específico e não ao Pentateuco. A que conjunto estaria se referindo? E ainda: quais são os mandamentos de Jesus, e quais os mandamentos de Seu Pai? Estaria Jesus criando mandamentos diferentes em relação aos mandamentos do Pai?

Com o jovem rico, Jesus relacionou “entolás”, mandamentos, com a lei de Deus, o Pai, para dizer ao interlocutor que os “entolais”, os Dez Mandamentos, são a base para o relacionamento correto com Deus e com o semelhante.

Portanto, no relato de João, Jesus está se referindo aos Dez Mandamentos da lei moral, para declarar que são eles que definem a relação de amor e permanência em Seu amor.

Nas últimas orientações que Jesus transmitiu para Seus discípulos, Ele fez declarações muito importantes: *“Quem tem os Meus mandamentos (entolás) e lhes obedece, esse é o que Me ama. Aquele que Me ama será amado por Meu Pai, e Eu também o amarei e Me revelarei a ele. [...] Estas palavras que vocês estão ouvindo não são Minhas; são de Meu Pai que Me enviou”* (Jo 14:21, 24, NVI).

Com esta declaração Jesus deixa muito evidente que os mandamentos e as palavras que está transmitindo, não são princípios novos que Ele está estabelecendo para a conduta, mas são os mandamentos e as palavras recebidos do Pai.

O mesmo conceito Jesus comunicou logo após a Sua entrada triunfal em Jerusalém: *“Pois não falei por Mim mesmo, mas o Pai que Me enviou Me ordenou o que dizer e falar. Sei que o Seu mandamento (entolé) é a vida eterna. Portanto, o que Eu digo é exatamente o que o Pai Me mandou dizer”* (Jo 12:49, 50, NVI).

Os ensinamentos de Jesus constituem uma verdadeira revolução do pensamento espiritual. É importante observar que no pensamento de Jesus todos os Seus argumentos se fundamentam naquilo que está escrito nas Escrituras. Não inovou ideias e conceitos. Expos o pensamento das Escrituras na sua compreensão e interpretação corretas. Rejeitou de maneira radical, não atribuindo nenhum valor aos conceitos de origem humana. *“Respondeu-lhes Jesus: Errais, não conhecendo as Escritas nem o poder de Deus”* (Mt 22:29, ARA). Esta é a razão porque os ensinamentos de Jesus são tão poderosos.

No contexto da análise supra, encontramos maior compreensão daquilo que Jesus declarou no cenáculo um dia antes de ser crucificado: *“Um novo*

mandamento (entolén) lhes dou: Amem-se uns aos outros. Como Eu os amei, vocês devem amar-se uns aos outros” (Jo 13:34, NVI).

Dentro da última semana antes do sacrifício em favor dos pecadores que vivem sob a condenação da lei moral, Jesus fez declarações importantes que merecem ser consideradas para compreender a proclamação do novo mandamento. Um detalhe é muito importante: O novo mandamento do amor foi proclamado na quinta-feira à noite antes da Sua morte sacrifício.

De acordo com o relato de Marcos, dois dias após a entrada triunfal de Jesus em Jerusalém, que ocorreu no domingo, no diálogo analisado com o mestre da lei, Ele afirmou a importância da lei que ilumina a proclamação do novo mandamento do amor. Em Sua resposta aos fariseus, dois dias antes da proclamação do novo mandamento, Jesus definiu outros dois mandamentos fundamentados no amor, portanto, a mesma base do novo mandamento. Ele definiu o amor como sendo o cumprimento correto dos princípios de relacionamento entre o homem e Deus e o homem e seu semelhante, estabelecidos por Deus em Sua lei, os Dez Mandamentos.

Qual é, então, o elemento novo que Jesus acrescentou ao mandamento do amor? *“Como Eu vos amei”*. Os ensinamentos de Jesus sempre estavam fundamentados no preceito e no exemplo. A lei escrita é o retrato do caráter de Deus. É o preceito, a letra. A vida de Jesus é a personificação do caráter de Deus. É o Modelo, o exemplo. Ele é o único Mestre que pode dizer: Este é o preceito e é exemplificado em todo o Meu procedimento.

O preceito ensina a letra da lei, o exemplo ensina o espírito da lei. O preceito ensina os princípios da lei, o exemplo ensina a vida, o comportamento em harmonia com o espírito da lei. Eles, os discípulos, estavam na presença pessoal do Autor da lei do amor e que lhes deu o exemplo vivo de como viver estes preceitos na prática de uns para com os outros. *“Amai-vos uns aos outros como Eu vos amei”*.

Como Eu vos amei: Conhecer, compreender e praticar o amor como Jesus o praticou, é a nova maneira de viver o amor, estabelecido sobre os

princípios do espírito da lei do amor de Deus, os Dez Mandamentos, incluindo o sábado.

Somente Cristo pode ensinar-nos a amar com este amor, porque Ele é o amor. Transcreveu o Seu amor na lei do amor, estabelecendo princípios que orientam o amor e legou-nos a vida que é o Modelo perfeito do amor. *“Portanto, o amor é o cumprimento da Lei (nómu)”* (Rm 13:10, NVI). Necessitaríamos outro argumento mais conclusivo e final?

Esse foi o tipo de amor que Jesus ensinou para Seus discípulos ao colocar perante eles o novo mandamento do amor. Viver o espírito da lei, internalizado no caráter, praticando-a como fruto de um relacionamento fundamentado sobre o amor. Este amor colocado em prática atuará sobre *“todos”*, levando-os a reconhecer os verdadeiros discípulos de Jesus. *“Novo mandamento vos dou: Amai-vos uns aos outros, como Eu vos amo”*.

Sempre que Jesus exaltava os Mandamentos da lei moral, *“os entolês”*, como o fundamento do relacionamento do homem com Deus e com o seu semelhante, conduzia o pensamento *“para toda palavra que procede da boca de Deus”* (Mt 4:4, NVI), *“a nomia, a torah”*.

O apóstolo Paulo segue o princípio de Jesus. Em sua carta para os Romanos declara: *“pois quem ama o próximo tem cumprido a lei” (nó.mon)”. Pois isto: ‘não adulterarás, [...] qualquer outro mandamento (entolé), tudo nesta palavra se resume: ‘amarás o teu próximo como a ti mesmo’”* (Rm 13:8, 9, ARA).

Exemplificando o uso da palavra “nomia”. É importante dar atenção ao fato de que nem os escritores do Velho Testamento, nem os evangelistas, nem Paulo, usam as expressões: lei moral, lei cerimonial, lei sacerdotal, lei civil... Para os escritores bíblicos, a “torah” contém o plano da salvação e toda a legislação e orientações para conhecer a vontade de Deus para aqueles que aceitam a Sua dádiva redentora.

Quando os escritores do Novo Testamento e, especificamente Paulo, usam a palavra “nómos”, lei, como instrumento de ensino, instruções, orientações, conduzem o pensamento do leitor para o Pentateuco, os cinco livros de Moisés e com menor frequência referem à toda a Escritura do Velho

Testamento. Quando falam da lei, “nómos”, como instrumento que determina a conduta, ou evidencia atos pecaminosos praticados contra Deus ou o próximo, referem à lei moral. Quando falam da lei como instrumento que era usado para solucionar o problema do pecado, por causa da transgressão da lei moral, oferecendo graça, perdão, justificação e reconciliação, mediante um substituto, nos serviços do santuário, envolvem a lei cerimonial. Quanto às outras leis: regulamentação dos Dez Mandamentos, sacerdotais, saúde, civis, o contexto evidencia de que lei estão falando.

Portanto, para compreender de maneira correta o argumento fundamentado na palavra “nómos”, lei, é preciso dar atenção ao contexto. Exemplifiquemos este princípio de interpretação com referências dos escritores do Novo Testamento.

“Nómos” designando toda a Escritura. *“Jesus disse: ‘Não está escrito na Lei (nómu) de vocês: Eu disse: vocês são deuses’”* (Jo 10:34, NAA).

Jesus está citando o Salmo 82:6, e afirma que a declaração do salmista faz parte da lei, a legislação dada para Israel. Que lei? Usando outras palavras, Jesus diria: *“na ‘torah’, nos ensinamentos de vocês não está escrito: Sois ‘deuses?’”* Ou: *“Na Escritura de vocês não está escrito [...]?”*. Portanto, Jesus está envolvendo toda a Escritura existente em Seu tempo, que hoje denominamos Velho Testamento, nessa Sua declaração, para dizer que toda a Escritura é a lei.

Nas Suas orientações finais para os discípulos, antes do Seu sacrifício, Jesus declarou: *“Mas isto aconteceu para se cumprir o que está escrito na Lei deles: ‘odiam-Me sem razão’”* (Jo 15:25, NVI). Novamente Jesus está usando os Salmos, que fazem parte de toda a Escritura, para dizer que a lei, “nómu”, a “torah”, predizia essa atitude de ódio contra Ele. *“Aqueles que sem razão Me odeiam”* (Sl 35:19, 69:4, NVI).

“Nómos” designando o Pentateuco. Para os dois discípulos no caminho para Emaús, *“Jesus lhes disse: São estas as palavras que eu lhes falei, estando ainda com vocês: era necessário que se cumprisse tudo o que está escrito a respeito de mim na Lei (nómu) de Moisés, nos Profetas e nos Salmos.*

Então, lhes abriu o entendimento para compreenderem as Escrituras” (Lc 24:44, 45, NAA).

Nesta declaração: *“na lei, (nómu), de Moisés”*, Jesus envolve o Pentateuco todo. Mais especificamente, entretanto, está falando da lei cerimonial, porque esta tipificava todo o desenvolvimento do plano da salvação. Com os Profetas e os Salmos, completa toda a Escritura, o Velho Testamento.

Os discípulos de Jesus, mesmo depois de ouvir Seus ensinamentos por mais de três anos, não conseguiam discernir as verdades por Ele ensinadas. Somente depois da ressurreição, a mente foi aberta: *“perguntaram-se um ao outro: ‘Não estava queimando o nosso coração, enquanto Ele nos falava no caminho e nos expunha as Escrituras?’” (Lc 24:32, NVI).*

Não tenho dúvidas, Jesus começou o Seu estudo com Gênesis 3:15, descrevendo o conflito cósmico espiritual entre Ele e Satanás. A visão dos discípulos era muito estreita. Limitava-se ao pequeno território de Judá. No entanto, Jesus mostrou por meio de Gênesis 3:15, que veio como o *“Descendente da mulher”* com a missão para aniquilar o pecado e restaurar o domínio de Deus sobre a Terra.

Jesus passou a explicar o ritual do santuário repleto de símbolos que tipificavam a vinda e o ministério do *“Descendente”*. Mostrou-lhes que todos os serviços do templo e todos os símbolos apontavam para Ele e que neles a graça estava tipificada. Removendo o véu que os impedia de compreender tudo aquilo que fora praticado por séculos pelos seus antepassados e por eles já durante décadas, revelou-Se como a Realidade da graça tipificada.

Completando o Seu estudo sobre tudo o que *“importava se cumprisse, escrito a respeito dEle na Lei (nómu) de Moisés”*, Jesus passou pelos Salmos, pelos profetas Isaías, Jeremias, Daniel, e chegou a Zacarias. O coração dos dois discípulos estava ardendo sob o impacto da nova compreensão das Escrituras.

“Começando com Moisés, o próprio Alfa da história bíblica, Cristo expôs em todas as Escrituras as coisas que Lhe diziam respeito. Houvesse primeiro Se manifestado a eles, seu coração teria ficado satisfeito. Na plenitude de sua alegria, não teriam desejado nada mais. Mas era necessário que

compreendessem os testemunhos dados a respeito dEle pelos símbolos e profetas do Antigo Testamento. Sua fé devia ser estabelecida sobre essas verdades. Cristo não operou nenhum milagre para os convencer, mas Seu primeiro trabalho foi explicar-lhes as Escrituras. Haviam considerado Sua morte a destruição de todas as suas esperanças. Então, Ele lhes mostrou pelos profetas que essa era a mais vigorosa prova de sua fé.

“Ensinando esses discípulos, Jesus mostrou a importância do Antigo Testamento como testemunha de Sua missão” (DTN, p. 796-799).

“Nómos” designando a lei moral. Para os Romanos, Paulo declara: *“Eu não saberia o que é cobiça, se a Lei (nómos) não dissesse: ‘Não cobiçarás’”* (Rm 7:7, NVI). Está evidente nessa sua declaração, que Paulo a fundamenta na lei moral, os Dez Mandamentos.

“Nómos” designando a lei cerimonial. Em seu tratado para os Hebreus, Paulo, autor questionado, declara que: *“A Lei (nómos) traz apenas uma sombra. [...] Por isso ela nunca consegue aperfeiçoar, mediante sacrifícios repetidos ano após ano”* (NVI). Que lei era uma sombra mediante sacrifícios repetidos? A lei cerimonial.

“Nómos” designando a lei sacerdotal. Em Hebreus 8:4, é declarado que Jesus não poderia exercer essa função *“se ele estivesse na terra [...] segundo a lei, (nómon)”* (ARA). Jesus não pertencia à tribo de Levi, nem à família de Arão, portanto, nesse texto, Paulo usa a palavra “nómon” para referir à lei sacerdotal.

“Nómos” designando as leis civis. Perante Pilatos, *“os judeus insistiram: temos uma lei (nómon) e, de acordo com essa lei, (nómon) ele deve morrer”* (Jo 19:7, NVI). Apoiando-se em Levíticos 24:11-23, apelaram para a sua lei religiosa civil a fim de conseguir a condenação de Jesus.

Jesus e toda a Escritura. A caminho de Jerusalém, *“Jesus chamou à parte os Doze e lhes disse: ‘Estamos subindo para Jerusalém, e tudo o que está escrito pelos profetas acerca do Filho do homem se cumprirá’”* (Lc 18:31, NVI). Nessa oportunidade Jesus usou a palavra profetas, para dizer que tudo o que estava escrito a respeito dEle em toda a Escritura, teria o seu cumprimento.

Moisés era considerado pelos israelitas como o maior profeta (Dt 34:10). Nessa declaração, (profetas), Jesus está envolvendo toda a Escritura do Velho Testamento: Pentateuco, Profetas e Salmos.

O APÓSTOLO PAULO E A LEI

Pr. Albino Marks

O mundo cristão tem lidado com debates acalorados em relação à vigência e função da lei moral. Para a maior parte dos estudiosos, esta foi abolida por Cristo com Sua morte na cruz. Muitos textos são usados para demonstrar o cancelamento da lei moral. Analisemos um dos textos que numa visão superficial parece um forte argumento decretando o fim da lei moral: *“agora, porém, libertados da lei, (nómu) estamos mortos para aquilo a que estávamos sujeitos, de modo que servimos em novidade de espírito e não na caducidade da letra”* (Rm 7:6).

Para entendermos a argumentação de Paulo, quando fala da lei em suas epístolas, precisamos ter compreensão clara de alguns pontos importantes.

Em Romanos e em suas Epístolas, Paulo usa a palavra: nomia = lei, para referir-se por esta palavra a qualquer lei que regia a economia israelita. Poucas vezes usa a palavra entolè, traduzida como: mandamento. “Nomia”, é a palavra grega traduzindo, “torah”, do hebraico, lei, no português. Entolè”, é o grego, traduzindo, “mitswah”, ou, “mitswot”, do hebraico, mandamento, no português.

É também importante observar que com o termo: nómos, a lei, os escritores do Novo Testamento e os doutores da lei englobavam a tôrah toda: o Pentateuco e todos os escritos do Velho Testamento, contendo todos os conjuntos de leis regendo a economia espiritual e temporal judaicas. A palavra: “mitswot”, ou, “mitswah” no hebraico, e “entolé”, no grego, identificam a lei dos Dez Mandamentos, como integrante da “torah”, “nómos”.

É importante dar atenção ao fato de que nem Paulo nem os evangelistas usam as expressões: lei moral, lei cerimonial, lei sacerdotal, lei civil... Para identificar essas leis usam a palavra “entolé”, ou o termo próprio para designar a lei referida. Estes conjuntos de leis não estão organizados em forma de sessões distintas, mas são encontrados e mesmo repetidos ao longo de todo o

Pentateuco. No entanto, os israelitas, judeus, não demonstravam dificuldades para distinguir e caracterizar a aplicação de cada conjunto de leis.

Entretanto, o apóstolo Paulo, no uso da palavra “nómos”, pode referir ao Pentateuco, a toda a Escritura do Velho Testamento, à lei moral, às leis cerimoniais, ou a qualquer outro conjunto de mandamentos, formando uma lei. Com frequência usa a palavra “nómos”, lei, para referir por meio dessa palavra, *“tanto a lei moral [...] como a lei cerimonial”* (SDABC, v. 6, p. 949).

Outro ponto importante é a atenção que precisa ser dada ao contexto. Como pela palavra, nomia, Paulo pode designar o Velho Testamento, o Pentateuco, a lei moral, as leis cerimoniais, as leis de saúde, civis, sacerdotais e outras leis, o contexto é muito importante para identificar a que lei Paulo se refere. Quando falhamos neste ponto, certamente a nossa compreensão não estará correta.

A compreensão de que “nómos” pode designar toda a Escritura Sagrada, o apóstolo Paulo sintetiza em sua carta para Timóteo: *“Porque desde criança você conhece as Sagradas Letras, que são capazes para torná-lo sábio para a salvação mediante a fé em Cristo Jesus. Toda a Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão, para a correção e para a instrução na justiça, para que o homem de Deus seja apto e plenamente preparado para toda boa obra”* (2Tm 3:15-17, NVI).

Outra questão importante: Paulo estava escrevendo para os crentes de seus dias e esclarecendo problemas relativos à compreensão do valor e prática da lei cerimonial depois da cruz. Paulo não estava antevendo e nem tentando solucionar os problemas do cristianismo dos séculos XX e XXI.

Para entender de maneira correta o argumento fundamentado na palavra: “nómos”, lei, nas epístolas de Paulo, mais duas questões do plano da salvação, são fundamentais.

Primeiro: Qual é a solução que Deus determinou, no conselho eterno, para o problema do pecado? *“A morte substituta”*, como dádiva da graça: *“o mistério que estivera oculto dos séculos e das gerações, agora, todavia, se manifestou aos seus santos; aos quais Deus quis dar a conhecer qual seja a riqueza da*

glória deste mistério entre os gentios, isto é, Cristo em vós, a esperança da glória” (Cl. 1:26, 27).

Nem mesmo Lúcifer, em sua rebelião no Céu, tomou conhecimento deste plano secreto da Trindade.

Quando Adão foi vencido pelo inimigo e pecou ao desobedecer a ordem moral de Deus, colocou-se em desarmonia com o seu Deus e Criador. No entanto, Deus revelou a Adão o plano do perdão, da justificação e da salvação por meio da aliança eterna de Sua graça, na morte do substituto: *“Porei inimizade entre ti e a mulher, entre a tua descendência e o seu descendente. Este te ferirá a cabeça, e tu lhe ferirás o calcanhar” (Gn. 3:15).*

Para ensinar a Adão o processo de atuação da graça, Deus usou um método simples, mas dramático. Ele muitas vezes transmite Seus ensinamentos por meio de cenas dramáticas para incutir e gravar as lições na mente de Seus filhos. Perante Adão e Eva, o primeiro cordeiro foi morto. Sem dúvida uma cena dramática para nossos primeiros pais. Sangue derramado e o dócil animal morrendo. Tipificava o *“seu Descendente”*, que viria como o Redentor e sofreria o castigo da sentença de morte que passou a pesar sobre a raça humana, representada em Adão, em consequência do pecado. O Descendente é Cristo, o Cordeiro de Deus.

No animal morto, *como “substituto típico”*, estava a revelação da graça de Deus para a solução do problema do pecado. Pela graça, Adão estava e continuaria desfrutando vida eterna e abundante se não pecasse; pela graça, seria liberto da condenação à morte eterna, se revelasse fé no *“Substituto”*: *“porque o salário do pecado é a morte, mas o dom gratuito de Deus é a vida eterna em Cristo Jesus nosso Senhor” (Rm. 6:23).*

O cordeiro tipificava a graça para Adão sob o domínio do pecado. O pecado feriu-o mortalmente, mas não o separou da fonte da graça, Deus. Para ensinar a Adão e aos seus descendentes nascidos sob o pecado, que a graça continuava sendo motivo de esperança, de restauração e vida, eles teriam *um substituto típico*, o cordeiro, até a manifestação da graça real mediante a morte de Cristo Jesus (Gn. 3:15).

Segundo: No período israelita, o problema do pecado era resolvido tipicamente, valendo-se do *animal substituto* com os seus ritos adicionais regidos pela lei cerimonial. Entendendo claramente este detalhe, encontra-se facilidade para compreender a argumentação de Paulo.

A lei moral acusa e condena o pecado. No entanto a lei moral não oferece a solução para o pecado. Para a solução do pecado outro elemento necessita ser introduzido.: um Substituto que tem o poder de assumir a culpa do pecado, sofrer a condenação da sentença da lei moral e por graça oferecer o perdão, a justificação e a reconciliação.

Em Israel o substituto era o cordeiro inocente nos serviços típicos do santuário. Era uma solução temporária, até que viesse o verdadeiro e real Substituto, o Descendente da mulher, Cristo o Cordeiro de Deus

Portanto, quando Paulo fala da lei como instrumento que determina a conduta, ou coloca em evidência atos pecaminosos praticados contra Deus ou o próximo, ou ainda, quando coloca em evidência o pecado, acusa e condena o pecador, está falando da lei moral. Quando fala da lei como instrumento que era usado pelo judeu, israelita, para resolver o problema do pecado cometido contra os princípios da lei moral, oferecendo graça, perdão, justificação e reconciliação mediante um animal substituto, nos ritos do santuário, está falando da lei cerimonial.

O judeu, israelita, por meio desse ato para obter o perdão do seu pecado, cumpria as determinações rituais da lei típica cerimonial e confirmava a imutabilidade da lei moral.

Quando fala sobre princípios de saúde, serviços dos sacerdotes, questões temporais, o contexto identifica a lei em questão.

Com estes princípios esclarecedores em mente, analisemos a argumentação de Paulo em Romanos sete.

Libertos da lei. Em sua carta aos Romanos, Paulo explicando para os judeus a mudança do regime dos tipos para o regime do Tipificado, das sombras para a realidade da Luz, usa a ilustração da lei que rege o vínculo conjugal,

quando as duas partes estão comprometidas enquanto vivas, mas torna-se livre a que perde o cônjuge pela morte, Paulo, na sua argumentação, estabelece a relação do substituto típico com a grandeza da realidade por meio de Cristo: *“ou então ignorais, irmãos – falo a pessoas competentes em matéria de lei (nómon), que a lei (nómos) só tem autoridade sobre o homem enquanto ele vive? Assim, a mulher casada está ligada por uma lei (nómu) a um homem enquanto ele vive; mas se ele vem a morrer, ela não depende mais da lei (nómou) conjugal. Portanto, se durante a vida do seu marido ela pertencer a outro, será chamada de adúltera; mas, se o marido vier a morrer, ela estará livre com relação à lei (nómou), de modo que não será adúltera pertencendo a outro. Vós igualmente, meus irmãos, fostes mortos com relação à lei (nómu), pelo corpo de Cristo, para pertencerdes a um outro, o Ressuscitado dentre os mortos, a fim de que produzamos frutos para Deus. Com efeito, quando estávamos na carne, as paixões pecaminosas, servindo-se da lei (nómou), agiam em nossos membros, a fim de que produzíssemos frutos para a morte. Mas agora, mortos ao que nos mantinha cativos, fomos liberados da lei (nómou), de maneira que servimos sob o regime novo do Espírito e não mais sob o regime ultrapassado da letra”* (Rm. 7:1-6, TEB).

Neste exemplo, em seis versos, Paulo usa oito vezes a palavra “nómos”, lei, para referir a diferentes regências da palavra lei,

Que leis Paulo envolve em sua argumentação? Introduzindo seu argumento: *“falo a pessoas competentes em matéria de lei (nómon)”*, está envolvendo a “torah”, toda a legislação da economia hebraica, como dizendo: *estou falando para pessoas que entendem da (torah), a lei que rege a nossa economia.*

Na pergunta demonstra entender que seus leitores conhecem a “torah”, “nómon”, toda a legislação hebraica, para em seguida conduzi-los para a lei que rege o casamento: *“ou então ignorais, [...] em matéria de lei (nómon), que a lei (nómos) só tem autoridade sobre o homem enquanto ele vive?”* (Rm 7:1, TEB). Usando a mesma palavra (nómos), a vincula à torah, para em seguida a vincular ao conjunto específico que rege o relacionamento conjugal.

Prosseguindo no argumento: *“por exemplo, pela lei, “nómu”, a mulher casada [...] se o marido morrer, ela estará livre da lei, “nómu”, do casamento. [...] estará livre daquela lei “nómu”* (Rm 7:2, 3, NVI). A lei que rege o contrato conjugal, está fundamentada na lei moral: *“não adulteraras”*, mas em si, o contrato do casamento é a *“lei do casamento”*. Portanto, nesse argumento, quatro vezes usa a palavra, nómos, para referir a lei do contrato conjugal e uma vez, a “torah”. .

Paulo usa especificamente a mulher, mas o mesmo argumento é válido para o homem. Se, um dos dois, se envolver sexualmente com alguém estranho, a lei básica, moral, que rege o casamento, acusa e condena o seu ato como adultério. Mas, na argumentação de Paulo, morrendo o homem, a mulher está livre para contrair novo casamento, sem ser condenada pela lei “nómos”. Portanto, nas quatro vezes em que usa a palavra “nómos”, como o documento legal que rege o relacionamento conjugal, também envolve o sétimo mandamento da lei moral: *“não adulterarás”* (Êx 20:14). Paulo está dizendo: *Vou ilustrar o meu argumento com a lei (nómu) que rege o relacionamento conjugal. Por esta lei, (mómu) enquanto os dois estão vivos, estão mutuamente comprometidos.*

Nas outras vezes, usando a mesma palavra, de que lei o apóstolo Paulo está falando?

Fazendo a aplicação, evoca a morte de Cristo, para dizer aos seus leitores o que aconteceu com a lei dos tipos, valendo-se da lei, nómos, que rege o casamento, como ilustração, declarando: *“vós igualmente, meus irmãos, fostes mortos com relação à lei, (nómo) pelo corpo de Cristo, para pertencerdes a um outro, o Ressuscitado dentre os mortos, a fim de que produzamos frutos para Deus”* (Rm 7:4, TEB).

Antes de Cristo crucificado, com quem e por meio de que lei os crentes em sua vida espiritual estavam ligados e comprometidos para obter graça, perdão, justificação e salvação pela fé? Com a lei das cerimônias que regia o relacionamento por meio do *animal substituto*. Quando e como foram liberados da lei das cerimônias e do *animal substituto*, *“para então pertencer a um outro?”* A conclusão é óbvia: com a morte de Cristo.

Quando Cristo morreu, morreu também todo o ritualismo típico. Mas quando Ele ressuscitou, o ritualismo típico permaneceu morto. Portanto, com a morte do ritualismo típico, a lei das cerimônias deixou de ter valor típico real e aqueles que por meio dela se relacionavam com Deus, para tipicamente obter graça, perdão, justificação e reconciliação, pela fé no Redentor prometido, ficaram livres em relação à lei das cerimônias e o *animal substituto*, para estabelecer um novo relacionamento, agora, com o Cristo ressurreto: *“vós igualmente, meus irmãos, fostes mortos com relação à lei (nómu), pelo corpo de Cristo, para pertencerdes a um outro, o Ressuscitado dentre os mortos, a fim de que produzamos frutos para Deus”* (Rm 7:4, TEB).

Por meio da morte Substituta de Jesus, a lei dos tipos que servia como intercessor, perdoador e reconciliador substituto do pecador, foi cancelada, abolida, morta, e agora o pecador contrito tem um novo Intercessor, perdoador e reconciliador, o Cristo ressurreto, vivo.

Continuando, argumenta: *“quando éramos controlados pela carne, as paixões pecaminosas despertadas pela lei “nómu”, atuavam em nosso corpo. [...] Mas agora, morrendo para aquilo que antes nos prendia, fomos libertos da lei “nómu”, para que sirvamos conforme o novo modo do Espírito, e não segunda a velha forma da lei escrita”* (Rm 7:5, 6, NVI).

Quando viviam sem a fé no Tipificado, as paixões pecaminosas que são acusadas pela lei, “nómu”, moral, atuavam em seu corpo, produzindo frutos, por meio de suas ações, que determinavam a morte, porque os tipos sem a fé em Cristo, eram vazios e impotentes para livrá-los da condenação. Mas o conhecimento do poder Substituto redentor de Cristo, os libertos da lei “nómu” dos tipos, e agora vivem um novo relacionamento guiados pelo Espírito e não pela caducidade da letra dos tipos.

O argumento evidencia com clareza de que antes da cruz os israelitas estavam comprometidos com a lei típica cerimonial em sua vida espiritual, para obter o perdão de seus pecados contra a lei moral. Com a morte de Cristo, aqueles que O aceitam como a graça real e não mais típica, ficam livres em relação à lei das cerimônias, porque com a morte de Cristo, essa também morreu, e assim, os israelitas e todos os pecadores, também estão mortos para

a lei típica das cerimônias, porque ela está morta, e com ela estão descomprometidos. Estão livres para pertencer a outro, o Ressuscitado, o Cristo vivo, e por meio dEle produzem os frutos para Deus, pela obediência à lei moral.

Como *“Cristo foi oferecido em sacrifício uma única vez, para tirar os pecados de muitos”* (Hb 9:28, NVI), confirmando a imutabilidade da lei moral, como o Substituto real do pecador condenado, cumpriu a lei típica cerimonial e aboliu-a, com Seu único sacrifício, porque com o seu sangue *“oferecido uma vez por todas”* (Hb 10:10, NVI), assumiu a culpa dos pecados de todos os pecadores, e por Sua morte oferece graça, perdão, justificação, reconciliação, paz com Deus e harmonia com a lei moral, porque tira e remove os pecados, que os sacrifícios repetidamente oferecidos realmente *“nunca podem remover”* (Hb 10:11, NVI).

Se interpretarmos: *“assim, meus irmãos, vocês também morreram para a Lei, (nómo) por meio do corpo de Cristo”*, como o fim da lei moral com a morte de Cristo, somos obrigados a admitir que durante quatro mil anos Deus lidou com o problema do pecado e pecadores tendo como parâmetro de avaliação a lei moral, e como solução típica para o pecado, a lei cerimonial, tendo como centro o animal substituto, típico, morto em lugar do pecador. Mas, com a Sua morte, Jesus aboliu o parâmetro, junto com a solução típica, que apontava para o Substituto real, Cristo.

Se este é verdadeiramente o caso, então Deus realmente alterou o Seu modo de agir em relação ao problema do pecado. Entretanto, isto nunca aconteceu.

Paulo, “nómos”, a lei e os gentios. Paulo continua colocando uma questão muito importante para considerar: *“Com efeito, quando estávamos na carne, as paixões pecaminosas, servindo-se da lei (nómu), agiam em nossos membros, a fim de que produzíssemos frutos para a morte. Mas agora, mortos ao que nos mantinha cativos, fomos liberados da lei (nómu), de maneira que servimos sob o regime novo do Espírito e não mais sob o regime ultrapassado da letra”* (Rm. 7:5, 6, TEB).

Não podemos olvidar que Paulo também estava falando para os crentes vindos do paganismo. Estes nunca viveram sob a lei das cerimônias, nunca

conheceram o ritual *do animal substituto* e nunca ouviram sobre os mandamentos da lei moral. Mas as paixões pecaminosas agindo neles, faziam com que praticassem todo tipo de atos pecaminosos contra os princípios da lei moral e, portanto, servindo-se do desconhecimento desta lei, estas paixões produziam como resultado final a morte, que é o resultado final do pecado.

Neste argumento Paulo usa a mesma palavra, “*nómos*”, para referir à lei moral porque é esta lei que coloca em evidência as paixões pecaminosas acusando-as e condenando o pecador à morte.

Mas pela aceitação de Cristo foram libertados da condenação da lei moral e serviam a Deus, por meio da salvação obtida pela *morte substituta de Cristo*. Portanto, não deviam submeter-se ao regime das cerimônias, porque foram liberados desta lei, que, com a morte de Cristo sobre a cruz, se tornara letra morta.

Duas vezes a palavra (nomos) está vinculada a lei das cerimônias típicas (Rm 7:4, 6), e uma vez à lei moral (Rm 7:5), referindo aos gentios vindo do paganismo.

É a lei pecado? Então Paulo continua seu argumento: *“Que diremos então? Que a lei (nómos) é pecado? De modo nenhum! Mas eu não teria conhecido o pecado, a não ser por meio da lei (nómou). Porque eu não teria conhecido a cobiça, se a lei (nómos) não tivesse dito: Não cobice. Mas o pecado, aproveitando a ocasião dada pelo mandamento (entolés), despertou em mim todo tipo de cobiça. Porque, sem lei (nómou), o pecado está morto. Houve um tempo em que, sem lei (nómou), eu vivia. Mas, quando veio o mandamento (entolés), o pecado reviveu, e eu morri. E verifiquei que o mandamento (entolè) que me havia sido dado para vida, esse se tornou mandamento para morte. Porque o pecado, aproveitando a ocasião dada pelo mandamento (entolés), me enganou e, por meio do mandamento, me matou. Assim, a lei (nómos) é santa; e o mandamento (entolé) é santo, justo e bom”* (Rm. 7:7-12, NAA).

Nestes seis versos, Paulo usa seis vezes a palavra “*nómos*”, lei, e cinco vezes a palavra “*entolé*”, mandamento. Em toda a argumentação ele alterna as

duas palavras, mas sempre referindo à lei moral que acusa e condena todas as práticas pecaminosas.

Paulo inicia a sua argumentação demonstrando que ele somente conheceu o pecado porque a lei moral “nómos”, que não é pecado, determina e esclarece o que é pecado. Se a lei moral não declarasse de que a cobiça é pecado, ela não seria pecado.

“Pois, sem a Lei, o pecado está morto” (Rm 7:8, NVI). Não havendo lei que determine o certo e o errado, o pecado deixa de existir, e então a justiça também não existe.

Entretanto, a cobiça não é praticada ou cometida contra a lei moral, mas contra o próximo, portanto, contra Deus que é o Criador do ser humano. Em Deus, existe a justiça, expressa em Sua lei moral, e é a existência da lei moral que exerce a função de evidenciar, acusar e condenar o pecado.

Paulo fala como se fosse pagão vendido ao pecado, para dizer que antes de ter o conhecimento de Deus e da lei moral, praticava toda a sorte de pecados e, contudo, vivia. Como que dizendo: eu vivia no pecado, mas achava que tudo estava bem. Mas quando tomou conhecimento da existência de Deus e Sua lei moral, também tomou conhecimento do pecado e da condenação da lei moral que o acusava, e se deu conta que realmente estava morto, condenado pela lei moral em consequência do pecado que o separou de Deus (Rm 7:9, 10). Deu-se conta que fora enganado pelo pecado, que o induziu a praticar tudo o que a lei moral declara mau e pecaminoso: *“porque o pecado, prevalecendo-se do mandamento, (entolês) pelo mesmo mandamento me enganou e me matou”* (Rm 7:11, ARA).

A lei é santa. Quando se defrontou com a existência de Deus e a lei moral, foi nele despertada a realidade do pecado e faz a categórica declaração: *“A lei (nómos) é santa, e o mandamento (entolê) é santo, justo e bom”* (Rm 7:12, NVI).

Feita esta forte afirmação, Paulo levanta a pergunta: *“Então, aquilo que é bom se tornou morte para mim? De modo nenhum! Pelo contrário, o pecado, para mostrar-se como pecado, por meio de uma coisa boa causou-me a morte; a fim de que, pelo mandamento (entolês), o pecado mostrasse toda a sua força*

de pecado. Porque bem sabemos que a lei (nómos) é espiritual. Eu, porém, sou carnal, vendido à escravidão do pecado” (Rm. 7:13, 14, NAA).

Paulo faz a intrigante pergunta: acaso foi a lei moral, que é uma coisa boa, espiritual e santa que me matou. Absolutamente não. Mas o pecado contra o qual a lei moral adverte que é sobremaneira maligno e mortal, este causou a morte.

A lei moral é o instrumento espiritual que determina a conduta no sentido de agradar a Deus, mas Paulo reconhece que a natureza humana é carnal, vendida à escravidão do pecado. *“Sabemos que a Lei (nómos) é espiritual; eu, contudo, não sou, pois fui vendido como escravo ao pecado”* (Rm 7:14, NVI).

O HOMEM DE ROMANOS SETE. Nesta situação, vivendo sob o domínio do pecado e com o conhecimento da lei moral, acusando o seu pecado, Paulo passa a descrever a luta espiritual que se trava na mente do homem de Romanos sete. No espírito ele quer praticar o bem, mas a carne o seduz a praticar o mal que detesta: *“não entendo o que faço. Pois não faço o que desejo, mas o que odeio. E, se faço o que não desejo, admito que a Lei (nomo) é boa. Nesse caso, não sou mais eu quem o faz, mas o pecado que habita em mim. Sei que nada de bom habita em mim, isto é, em minha carne. Porque tenho o desejo de fazer o que é bom, mas não consigo realiza-lo. Pois o que faço não é o bem que desejo, mas o mal que não quero fazer, esse eu continuo fazendo. Ora, se faço o que não quero, já não sou eu quem o faz, mas o pecado que habita em mim”* (Rm 7:15-20, NVI).

O que Paulo está dizendo é que o homem de Romanos sete está tentando viver em harmonia com a vontade de Deus, por si mesmo.

Entretanto, Paulo compreende que sem a graça de Cristo, está destituído da glória de Deus (Rm 3:23), e não tem nada de bom: *“sei que nada de bom habita em mim, isto é, em minha carne. Porque tenho o desejo de fazer o que é bom, mas não consigo realizá-lo”* (Rm 7:18, NVI).

Não aceitando a Cristo e não se submetendo à liderança do Espírito Santo, o pecador nada tem bom e não consegue libertar-se do domínio do pecado.

Por esta razão pratica o que o poder do pecado determina: *“ora, se faço o que não quero, já não sou eu quem o faz, mas o pecado que habita em mim”* (Rm 7:20, NVI).

Este era o problema espiritual dos israelitas. Confiavam inteiramente na justiça comunicada, a justiça da lei, praticada sem a orientação do Espírito Santo. O moço rico respondeu para Jesus: *“Faço tudo isto desde a minha mocidade”*. Deste modo, não sentiam necessidade da justiça imputada, a fé no Salvador para obter o perdão e a justificação sem apresentar méritos. Por praticar os princípios da lei moral, a justiça comunicada, por esforço próprio, o israelita julgava-se seguro da salvação.

A única solução. O seu arrazoado, descrevendo de modo dramático esta guerra espiritual, culmina com o argumento da única solução: *“Assim, encontro outra lei (nómu): quando quero fazer o bem, o mal reside em mim. Porque, no tocante ao homem interior, tenho prazer na lei (nómu) de Deus; mas vejo nos meus membros outra lei (nómu) que, guerreando contra a lei (nómu) de minha mente, me faz prisioneiro da lei (nómu) do pecado que está nos meus membros. Desventurado homem que sou! quem me livrará do corpo desta morte? Graças a Deus por Jesus Cristo, nosso Senhor! De maneira que eu, de mim mesmo, com a mente, sou escravo da lei (nómu) de Deus, mas, segundo a carne, sou escravo da lei (nómu) do pecado”* (Rm. 7: 21-25, NAA).

O pecador que aceita a graça, é perdoado, justificado e declarado em paz e em harmonia com Quem e com o quê? Por que Jesus morreu? Para abolir a lei moral ou para assumir a culpa e a morte que pesava sobre o homem acusado pela lei moral?

A inquestionável verdade é: Jesus com a Sua morte, libertou o pecador da lei das cerimônias típicas, porque Ele se ofereceu como o único e verdadeiro Cordeiro para tirar o pecado, mantendo a imutabilidade e a eternidade da lei moral.

A justiça pela fé e a justiça da lei moral são inseparáveis dentro do plano da salvação. Jesus disse à prostituta a quem ofereceu a graça, perdoou e justificou: *“Não te condeno, vai e não peques mais”*. A justiça imputada é o

perdão obtido pela fé em Jesus; a justiça comunicada é o Espírito Santo orientando a conduta pela lei moral e pela Palavra de Deus. *“Pois Deus vos escolheu desde o começo, para serdes salvos pelo Espírito que santifica e pela fé na verdade”* (2Ts 2:13, TEB).

Não podemos olvidar que Paulo também estava falando para os crentes vindos do paganismo. Estes nunca viveram sob a lei das cerimônias. Mas as paixões pecaminosas agindo neles, faziam-no contra os princípios da lei moral e, portanto, servindo-se desta lei, estas paixões produziam como resultado final a morte, que é o resultado final do pecado condenado pela lei moral.

No entanto, pela aceitação de Cristo, tanto judeus como gentios, foram libertados da condenação da lei moral e serviam a Deus, pela salvação obtida por meio de Cristo: *“mas agora que vocês foram libertados do pecado e se tornaram escravos de Deus, o fruto que colhem leva à santidade, e o seu fim é a vida eterna”* (Rm 6:22, NVI).

Libertados do pecado pela fé no sangue redentor de Cristo, tornamo-nos escravos de Deus, pela obediência brotando do amor e somos transformados em um novo homem regido pela santidade da lei moral que é santa, porque o seu Autor é santo. Aquilo que as cerimônias caducas não podem fazer, Cristo faz, porque nEle vivemos em novidade de vida e frutificando para Deus (Rm 7:6). *“Portanto, se alguém está em Cristo, é nova criatura. As coisas antigas já passaram; eis que surgiram coisas novas”* (1Co 5:17, NVI).

“Lei de Deus, outra lei e Lei do pecado”. O apóstolo Paulo faz três declarações significativas: *“no íntimo do meu ser tenho prazer na lei (nómo) de Deus; Mas vejo outra lei (nómon) atuando nos membros do meu corpo guerreando contra a lei (nómo) da minha mente, tornando-me prisioneiro da lei (nómo) do pecado”* (Rm 7:22, 23, NVI).

O que Paulo está ensinando por estas três expressões, usando a mesma palavra sete vezes: “nómos”, lei? Seria a lei de Deus, a outra lei e a lei do pecado uma e a mesma coisa, simples e puramente a lei moral? Não faz sentido porque Paulo declara que há um estado de guerra entre a lei de Deus, a outra

lei e a lei do pecado. Portanto, são leis opostas entre si, mas Paulo usa a mesma palavra para referir as duas opostas.

A Tradução Ecumênica da Bíblia traduz Romanos 7:22 e 23 nas seguintes palavras: *“Pois eu me comprazo na lei (nómo) de Deus, enquanto homem interior, mas em meus membros descobro outra lei (nómon) que combate contra a lei (nómo) que a minha inteligência ratifica; ela faz de mim o prisioneiro da lei (nómo) do pecado que está em meus membros”*.

Paulo declara francamente que em sua inteligência ratifica a lei de Deus como a norma para a sua conduta, mas em seus membros descobre outra lei que o faz prisioneiro da lei do pecado. A lei de Deus determina um modo de conduta que é combatido pela lei do pecado que determina outro modo de conduta. Em harmonia com a argumentação de Paulo, somente há uma compreensão coerente do argumento de Paulo: a lei de Deus é a lei moral, incluindo *“toda palavra que procede da boca de Deus”* (Mt 4:4, NVI), e a lei do pecado é o poder do maligno que o escravizou, dominando-o e fazendo-o praticar atos pecaminosos contra Deus, condenados pela lei moral. Mas ele usa a mesma palavra – nomia – para as duas leis e as duas situações.

Intelectualmente Paulo se comprazia na lei de Deus e o declara de maneira enfática: *“com a mente, eu próprio sou escravo da Lei (nómu) de Deus”*, mas o poder do maligno o dominava de tal modo que a prática contradizia a sua teoria: no espírito anelava viver os princípios da lei moral, mas o maligno o fez prisioneiro do pecado com tal poder, que na carne, o fazia praticar o pecado. Como escapar desta sentença fatal? Só uma alternativa: a graça de Deus por meio de Cristo Jesus.

Livres da morte. *“Miserável homem que eu sou! Quem me libertará do corpo sujeito a esta morte? “Graças a Deus por meio de Jesus Cristo, nosso Senhor! De modo que, com a mente, eu próprio sou escravo da Lei (nómu) de Deus; mas, com a carne, da lei (nómu) do pecado”* (Rm 7:24, 25, NVI).

Declara Paulo: *“Libertados da lei, (nómo) [...] servimos em novidade de espírito e não na caducidade da letra”* (Rm 7:6, ARA) Libertados de que lei? Adicionemos o argumento de Paulo aos Gálatas: *“Por que eu, mediante a própria*

lei, (nómu), morri para a lei, (númu) a fim de viver para Deus. Estou crucificado com Cristo; logo, já não sou quem vive, mas Cristo vive em mim” (Gl 2:19, 20, ARA).

“Estou crucificado com Cristo”. Mediante que lei, ele, Paulo, morre para a lei e está crucificado com Cristo? Que lei foi pregada com Cristo sobre a cruz? “Aboliu na Sua carne a lei (nómu) dos mandamentos (entolun) na forma de ordenanças... removeu-o inteiramente, encravando-o na cruz” (Ef 2:15, e Cl 2:14, ARA). Estribado nesta verdade incontestada, exclamou: “Estou crucificado com Cristo”.

O cerimonialismo com todos os seus ritos apontava para Cristo. Logo, quem lhe compreendeu essa função, sabia que as cerimônias perderam seu significado e valor ante a realidade da cruz. Portanto: se os ritos apontavam para Cristo; se cessaram com a sua morte; logo, também eu estou morto para o ritualismo. Ele não existe mais para mim e eu não existo para ele. Quem existe é Cristo, e por Ele eu vivo para Deus. E Paulo declara aos romanos: *“Libertados da lei, (nómu) [...] servimos em novidade de espírito e não na caducidade da letra” (Rm 7:6, ARA).*

A revelação da graça divina, ensinada por meio dos símbolos e ritos, cumpriu o seu papel. Agora, a manifestação real da graça, Cristo Jesus, está vivendo em mim.

“As ofertas sacrificais foram ordenadas por Deus a fim de serem para o homem uma perpétua lembrança de seu pecado e uma de arrependimento, bem como uma confissão de sua fé no Redentor prometido” (PP, p. 44).

“A ruptura do véu do templo mostrou que os sacrifícios e ordenanças judaicas não mais seriam recebidos. O grande Sacrifício havia sido oferecido e aceito, e o Espírito Santo, que desceu no dia do Pentecoste, levou a mente dos discípulos do santuário terrestre para celestial, onde Jesus havia entrado com o seu próprio sangue, a fim de derramar sobre os discípulos os benefícios de Sua expiação. Mas os judeus foram deixados em trevas completas. Perderam toda a luz que podiam ter recebido sobre o plano da salvação, e ainda confiavam em seus inúteis sacrifícios e ofertas. O santuário celestial havia tomado o lugar do

terrestre, mas eles não tiveram conhecimento da mudança. Assim não podiam ser beneficiados pela mediação de Cristo no lugar santo” (PE, p. 259, 260).

Uma questão para ponderar: quando Paulo usa a palavra “nómus”, que pode ser entendida como referindo à lei moral, com maior frequência refere a “torah” toda, seja toda a Escritura Sagrada do Antigo Testamento, pois ele declarou: *“Porque desde criança você conhece as Sagradas Letras, que são capazes para torná-lo sábio para a salvação mediante a fé em Cristo Jesus. Toda a Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão, para a correção e para a instrução na justiça, para que o homem de Deus seja apto e plenamente preparado para toda boa obra” (2Tm 3:15-17, NVI).*

ROMANOS CAPÍTULO OITO. Ampliando o que declaramos sobre o uso da palavra (nómos), lei, por Paulo, analisemos outros textos, alguns, que *“contém algumas coisas difíceis de entender, as quais os ignorantes torcem” (2Pe 3:16, NVI).*

Nos primeiros versos do capítulo oito aos Romanos, Paulo descreveu como Jesus assumiu a culpa do pecador e o libertou da condenação eterna: *“Agora, pois, não há mais nenhuma condenação para os que estão em Cristo Jesus. Pois a lei (nómos) do Espírito, que dá a vida em Jesus Cristo, libertou-me da lei (nómou) do pecado e da morte. O que era impossível à lei, (nómou) porque a carne a votava à impotência, Deus o fez: por causa do pecado, enviando o seu próprio Filho na condição da nossa carne de pecado, ele condenou o pecado na carne, a fim de que a justiça exigida pela lei (nómou) seja realizada em nós, que não andamos sob o domínio da carne, mas do Espírito” (Rm 8:1-4, TEB).*

Nessa parte de sua argumentação, Paulo fecha com uma frase conclusiva de vitória na intensa luta entre querer fazer o bem e na realidade praticar o mal. A vitória é alcançada pelo ato de aceitar e submeter-se a Cristo Jesus. Ele triunfou sobre o autor do mal e a Sua vitória é a garantia de libertação completa para aqueles que O aceitam como seu Substituto, sofrendo a justa condenação da lei.

Na sequência Paulo introduz a lei do Espírito, a lei do pecado, a lei impotente na carne e a lei que exige justiça. Quatro leis em três versos e em

argumentos bem sucintos. No grego, a mesma palavra (νόμος), qualifica estas quatro leis. Seriam uma e a mesma lei?

Aparentemente o argumento de Paulo parece complicado com tantas leis envolvendo o pecador. Mas, entendendo que toda a argumentação precedente é sobre o pecado acusado pela lei moral; a guerra estabelecida pelo desejo ardente de libertação da lei do poder do pecado; a condenação à morte pela lei moral por causa do pecado; culminando esta situação com o angustiante clamor: *“Quem me livrará desta situação?”* Para então exclamar triunfante: *“Graças a Deus por Jesus Cristo, nosso Senhor!”* (Rm 7:24, 25, NAA), pode entender-se claramente tudo o que segue.

“Lei do Espírito”. Paulo argumenta que *“não há mais nenhuma condenação para os que estão em Cristo Jesus. Pois a lei (νόμος) do Espírito, que dá a vida em Jesus Cristo, libertou-me da lei (νόμου) do pecado e da morte”* (Rm 8:1, 2, TEB). Que lei do Espírito, lei maravilhosa que liberta da lei, (νόμου), do pecado e da morte, é essa? Pode uma lei libertar de outra lei? No caso do argumento de Paulo, a lei do Espírito de vida, pode libertar da lei do pecado e da morte. Estaria Paulo se contradizendo? Estaria negando tudo o que declarou, que o pecador somente pode ser liberto do pecado e da morte pela fé na graça de Deus revelada em Jesus?

No que reside o poder dessa lei do Espírito de vida para obter a libertação da lei do pecado e da morte? Há um detalhe importante ao qual é preciso dar atenção. Paulo declara que o pecador é liberto da lei “νόμος” do pecado e da morte, pela *“lei (νόμος) do Espírito, que dá a vida em Jesus Cristo”*, por meio de Sua morte substituta, perdoadora e justificadora.

A inspiração engrandece essa libertação por meio do espírito de vida em Cristo, que, libertando *“da lei (νόμου) do pecado e da morte”* (Rm 8:2, NVI), concede a vida eterna: *“É esse mesmo poder de ressuscitar que dá vida a alma morta ‘em ofensas e pecado’. Esse espírito de vida em Cristo Jesus, a ‘virtude de Sua ressurreição’, liberta os homens ‘da lei do pecado e da morte’. O domínio do mal é despedaçado e, pela fé, a alma é guardada do pecado. Aquele que abre o coração ao Espírito de Cristo, torna-se participante daquele grande poder que lhe fará o corpo ressurgir do sepulcro”* (DTN, p. 209, 210).

Com a morte de Jesus, a sentença de condenação da justiça da lei moral, foi cumprida, mas pelo *“poder da sua ressurreição”* (Fp 3:10, NVI), o *“espírito de vida em Cristo Jesus, liberta os homens ‘da lei do pecado e da morte’*.

Uma lei em si mesma não tem condições para outorgar perdão e justificar e ainda libertar da morte. Estes atos são da competência de quem possui o poder de avaliar, julgar e decidir. No plano da salvação essa competência pertence exclusivamente a Deus. Ele assumiu a culpa do pecador e pela morte de Jesus, conquistou o direito de oferecer graça para o culpado condenado pela lei moral e, *“por meio de Cristo Jesus a lei (nómos) do Espírito de vida”*, a lei da graça de Deus, revelada e manifestada por meio de Cristo Jesus, liberta o pecador condenado *“da lei (nómu) do pecado e da morte”* (Rm 8:2, NVI), que é a escravidão maligna de Satanás e as consequências mortais do pecado.

Porque na missão de Jesus, Sua vida sem pecado e na Sua morte substituta sacrifício, *“as justas exigências da Lei (nómu) (foram) plenamente satisfeitas em nós”* (Rm 8:4, NVI), que merecíamos esse castigo, e por Sua ressurreição a *“lei do Espírito de vida”*, pela fé na graça, recebemos o perdão, a justificação, a reconciliação e a salvação. *“Ele só poderia Se tornar o Salvador e o Redentor sendo primeiro o Sacrifício”* (MM, 20103, p. 249).

“Mas Cristo, o verdadeiro templo para habitação de Deus, moldara cada detalhe de Sua vida terrestre em harmonia com o ideal divino. Disse Ele: ‘deleito-me em fazer a tua vontade, ó Deus Meu; sim, a Tua lei (torah) está dentro do meu coração’ (Sl 40:8). Assim nosso caráter deve ser formado para ‘morada de Deus em Espírito’” (DTN, p. 209).

Não há mais nenhuma condenação para o transgressor, porque a justa sentença da lei moral foi executada no Substituto legal. A provisão do Substituto, para satisfazer a justiça da lei, foi feita *“antes da fundação do mundo, e manifestado no fim dos tempos por vossa causa”* (1Pe 1:20, TEB). Por determinação deste concerto, Jesus morreu, e a lei que proclamava e exigia a morte do pecador, passou a proclamar a vida do perdoado e justificado por graça pela fé no sacrifício da lei da graça.

Na noite da maior angústia dos egípcios com a morte de todos os seus primogênitos, nenhum israelita que pela fé na lei da graça manifestada no sangue do cordeiro passado *“na viga superior e nas laterais das portas”* (Êx 12:22, NVI), sofreu o golpe letal do anjo destruidor: *“obedeçam a estas instruções como decreto perpétuo para vocês e para os seus descendentes”* (Êx 12:24, NVI). *“Agora, pois, não há mais nenhuma condenação para os que estão em Cristo Jesus. Pois a lei (nómos) do Espírito, que dá a vida em Jesus Cristo, libertou-me da lei (nómu) do pecado e da morte.* (Destaque acrescentado). A lei da graça de Deus por meio de Cristo Jesus nos liberta da lei do pecado e da morte.

Nos serviços do santuário esse decreto, lei, da graça de Deus recebeu cerimônias adicionais para ensinar aos israelitas como resolver o problema de pecados cometidos e obter o perdão, a reconciliação e a harmonia com a lei moral, desfrutando a paz e a alegria da salvação provida por Deus. *“Agora, pois, não há mais nenhuma condenação para os que estão em Cristo Jesus. Pois a lei (nómos) do Espírito, que dá a vida em Jesus Cristo, libertou-me da lei (nómu) do pecado e da morte.* (Destaque acrescentado). A lei da graça de Deus por meio de Cristo Jesus nos liberta da lei do pecado e da morte.

A lei do pecado e da morte. Que lei é essa? Em Romanos sete, Paulo já fala dessa lei com as seguintes palavras: *“Pois eu me comprazo na lei (nómu) de Deus, enquanto homem interior, mas em meus membros descubro outra lei (nómon) que combate contra a lei (nómu) que a minha inteligência ratifica; ela faz de mim o prisioneiro da lei (nómu) do pecado que está em meus membros”* (Rm 7:22, 23, TEB).

Paulo declara francamente que em sua inteligência ratifica a lei de Deus como a norma para a sua conduta, mas em seus membros descobre outra lei que o faz prisioneiro da lei do pecado. A lei de Deus determina um modo de conduta que é combatido pela outra lei, que o faz prisioneiro da lei do pecado, determina outro modo de conduta. Em harmonia com a argumentação de Paulo, somente há uma compreensão coerente: a lei (nómu) de Deus é a lei moral, a outra lei (nómon), e a lei (nómu) do pecado, é o poder do maligno que o escravizou, dominando-o e fazendo-o praticar todos os atos pecaminosos contra

Deus, condenados pela lei moral. Mas ele usa a mesma palavra – *nómos* – para as três leis, que em verdade são duas leis em situações opostas.

A lei enferma. Mas, a lei enferma ou impotente na carne, que lei é essa? Que lei se tornou *“enferma pela carne”* (ARA) ou impotente, de tal modo que *“o que fora impossível à lei ‘nómu’ [...] isso fez Deus?”* (Rm 8:3, ARA). Qual era a função desta lei que se tornou doentia e fraca no desempenho do seu papel?

Interpretando esta lei como sendo a lei moral, certamente entramos em sérios problemas. Paulo mesmo declara: *“De fato, a Lei (nómos)’ é santa, e o mandamento (entole) é santo, justo e bom”* (Rm 7:12, NVI). É difícil aceitar que algo santo, justo e bom se torne enfermo e impotente.

O rei e salmista Davi declarou a respeito da lei como orientadora do relacionamento com Deus: *“a lei (torah) do Senhor é perfeita, e revigora a alma”* (SI 19:7, NVI).

No Salmo 119 é declarado: *“a tua justiça é eterna, e a tua lei (torah) é a verdade. [...] Os teus testemunhos são eternamente justos”* (119:142, 144, NVI).

Ellen G. White, fez esta declaração muito importante: *“Desde o princípio a grande controvérsia fora a respeito da lei de Deus. Satanás procurara provar que Deus era injusto, que Sua lei era defeituosa, e que o bem do universo exigia que ela fosse mudada. Atacando a lei, visava ele subverter a autoridade de seu Autor. Mostrar-se-ia no conflito se os estatutos divinos eram deficientes e passíveis de mudança, ou perfeitos e imutáveis”* (PP, p. 65).

Se a lei que é perfeita, eterna, imutável, justa, verdade e comunica vigor, se tornou enferma e impotente, então a acusação de Lúcifer, Satanás, era justificada. Portanto, esta interpretação não encontra fundamento nas Escrituras.

Para ensinar o plano da redenção pela graça e tipicamente satisfazer a justiça exigida pela lei moral, Deus manifestou e colocou em ação o sistema de símbolos e sacrifícios, também um ato legal, que durante milênios trazia em si o *“mistério [...] mantido oculto em Deus [...] o Seu eterno plano que Ele realizou em Cristo Jesus”* (Ef 3:9, 10, NVI), pois, todos os símbolos e sacrifícios apontavam para a vinda do Redentor. Pela fé no Redentor vindouro e na

apresentação do substituto que era sacrificado, para simbolicamente expiar o pecado, a exigência da lei moral condenando o transgressor, era satisfeita e o pecador era perdoado, justificado e reconciliado com seu Deus.

Porém, este era um processo típico e transitório, para ensinar uma verdade real. Não era um ato final no processo do perdão e na remoção do pecado. Sangue de animais não tem o poder para apagar a culpa da transgressão e remover o pecado. Somente a execução do ato legal em Si mesmo, o Autor do ato legal e da lei moral, pode satisfazer a exigência da lei perfeita e imutável.

Portanto, o que era impossível efetivar pelo ato legal da lei cerimonial, *“porque aquilo que a Lei, (nómu), (lei cerimonial) fora incapaz de fazer”* (Rm 8:3, NVI), tirar os pecados, *“pois é impossível que o sangue de touros e bodes tire pecados”* (Hb 10:4, NVI), porque os sacrifícios oferecidos repetidamente *“nunca podem remover os pecados”* (Hb 10:11, NVI), *“Deus o fez, enviando seu próprio Filho, à semelhança do homem pecador, como oferta pelo pecado. E assim condenou o pecado na carne, a fim de que as justas exigências da Lei, (nómu), (moral) fossem plenamente satisfeitas em nós”* (Rm 8:3, 4, NVI).

A lei que se tornou enferma e impotente era a lei das cerimônias que foi estabelecida para tipicamente satisfazer *“a justiça exigida pela lei”* moral que condenava o transgressor à morte.

Enquanto os símbolos e sacrifícios estavam centralizados em Cristo, como o único que pode salvar (At. 4:12), a lei das cerimônias era o instrumento sadio dentro do plano de Deus para tipicamente satisfazer a justiça e conduzir à salvação. Quando os símbolos e sacrifícios foram transformados no meio justificador e salvador, a lei das cerimônias tornou-se doentia e impotente como instrumento para conduzir à salvação, pois suprimiu a fé na graça do Único que tem o poder para salvar: Jesus, o tipificado.

Jesus se referiu a este cumprimento da lei cerimonial quando declarou em Seu sermão proferido na montanha: *“Não penseis que vim suprimir a Lei, (nómon), e os profetas: não vim suprimir, mas cumprir. Pois em verdade eu vos*

declaro, antes que passem o céu e a terra, não passarão da lei, (nómon), um i nem um ponto do i, sem que tudo haja sido cumprido” (Mt 5:17, 18, TEB).

No sermão da montanha, Jesus declarou a respeito de Sua missão relacionada com tudo o que a lei, “torah”, determinava, toda justiça que a lei moral exigia, tudo o que o ritual do santuário tipificava e tudo o que os profetas predisseram, nada poderia ser revogado ou suprimido, mas tudo seria cumprido para a realização da missão do plano redentor.

Assim aconteceu em todos os detalhes de Sua vida até a vitoriosa e gloriosa recepção junto ao trono do Deus eterno.

A lei que exige justiça. Qual a lei que exige justiça? A lei cerimonial foi estabelecida para tipicamente, por meio do sacrifício substituto satisfazer “a justiça exigida pela lei” moral que condenava o transgressor à morte. Logo, a lei que exige justiça é a lei moral.

Entretanto, o substituto típico não oferecia uma solução final, removendo os pecados. O profeta Isaías fez a proclamação: “O Senhor fez cair sobre ele a iniquidade de todos nós” (Is 53:6, NVI). A nossa iniquidade, o nosso pecado acusado pela lei moral foi lançado sobre Jesus, para que a justiça da lei fosse satisfeita.

Considerando a declaração inspirada do salmista, rei Davi, temos outro argumento para considerar e que esclarece esta questão: “Então eu disse: eis aqui estou, no rolo do livro está escrito a meu respeito: agrada-me fazer a tua vontade, ó Deus meu; a tua lei (torah) está dentro do meu coração” (Sl 40:7, 8, NAA). Em Hebreus, no capítulo 10, Paulo aplica esta profecia a Jesus, como Aquele que veio como o sacrifício real para remover os pecados. Depois de dizer: “entretanto, nesses sacrifícios ocorre recordação de pecados todos os anos, porque é impossível que sangue de touros e de bodes remova pecados”, introduz a profecia supra e continua: “Ele remove o primeiro para estabelecer o segundo. Nessa vontade é que temos sido santificados, mediante a oferta do corpo de Jesus Cristo, uma vez por todas” (Hb 10:3, 4, 9, 10, NAA).

É fácil compreender que a argumentação gira em torno da transição do regime das cerimônias e símbolos - sangue de touros e bodes - para o sacrifício

real e perfeito de Jesus. *“Ele remove o primeiro”,* as cerimônias e símbolos, *“para estabelecer o segundo”,* o sacrifício *“do corpo de Jesus Cristo”*. Significa que Jesus nasceu e viveu sob a lei cerimonial e morreu para fazê-la cessar como obrigação espiritual prática, porque na Sua morte substituta foi satisfeita a sentença da lei moral que exigia justiça.

Considerando a expressão do salmista: *“a tua lei (torah) está dentro do meu coração”,* relacionada com Hebreus 10:16, teremos um argumento muito importante para avaliar. *“Esta é a aliança que farei com eles, depois daqueles dias, diz o Senhor: imprimirei as minhas leis (nómous) no coração deles e as inscreverei sobre a sua mente”* (NAA).

Façamos uma contraposição de dois argumentos: *“para resgatar os que estavam sob, ou, debaixo da lei, (nómon)”* (Gl 4:5), e: *“a tua lei (torah) está dentro do meu coração”* (Sl 40:8). Estar sob, é estar debaixo de: uma lei, um fardo, uma situação [...]. Ter dentro do coração uma lei, é estar ligado a alguém em relacionamento por amor. Ao fazer a vontade deste alguém, ela é feita por amor e não como uma obrigação legal pesada e enfadonha.

Jesus é o Autor da lei moral, mas também é o Autor da lei cerimonial, típica do plano da salvação pela graça, e quando veio em forma humana a este mundo, Ele trouxe estas leis em Seu coração. Em verdade não podia ser diferente, porque a lei moral é a expressão do caráter de Deus, e Ele é Deus. Como Deus-homem viveu o relacionamento de perfeito amor para com o Deus-Pai. A lei moral escrita em Seu coração unia-O com indestrutíveis laços de amor a Deus-Pai. *“Assim como tenho obedecido aos mandamentos (entolás), de meu Pai e em seu amor permaneço”* (Jo 15:10, NVI).

No entanto, como também trouxe em Seu coração a lei do plano da salvação, e para Israel esta lei estava tipificada nos serviços e símbolos do santuário, Cristo trouxe em Seu coração a realização do cumprimento de todos os tipos do santuário, e *“foi oferecido em sacrifício uma única vez, para tirar os pecados de muitos; e aparecerá segunda vez, não para tirar o pecado, mas para trazer salvação aos que o aguardam”* (Hb 9:28, NVI).

Portanto, no Salmo 40:7 e 8, a lei, “torah” que *“está dentro do coração de Cristo”*, precisa ser entendido como todo o ensino da Escritura Sagrada, que revela todos os atos necessários para executar e efetivar o plano da redenção. Jesus deixou isto muito evidente em Sua resposta para Satanás, na tentação no deserto: *“Está escrito: ‘Nem só de pão viverá o homem, mas de toda palavra que procede da boca de Deus’* (Mt 4:4, NVI).

Do mesmo modo, todos aqueles que pela fé aceitam a Sua graça, o Seu perdão e a As justificação, têm esta lei escrita no coração e na mente, pela ação do Espírito Santo, significando que a gratidão por tão grande salvação os conduz à obediência amorosa e espontânea. *“Se vocês obedecerem aos meus mandamentos, (entolás), permanecerão no meu amor”* (Jo 15:10, NVI).

No entanto, acima de tudo tem no coração, a realidade do plano da salvação realizado por meio de Cristo Jesus (Ef 3:11): *“a gloriosa riqueza deste mistério, que é Cristo Jesus em vocês, a esperança da glória”* (Cl 1:27, NVI).

“Pois a lei, (nómos), do Espírito, que dá a vida em Jesus Cristo, libertou-me da lei, (nómon), do pecado e da morte” (Rm 8:2, TEB).